

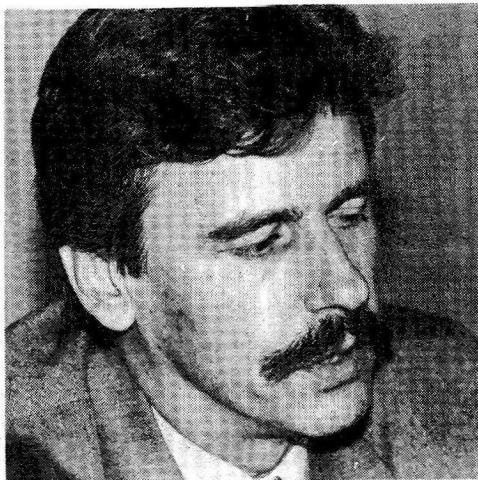
Milliet embarca de novo. Com 3 planos.

— O presidente do Banco Central do Brasil, Fernando Milliet, embarca neste final de semana com destino aos Estados Unidos, levando três planos econômicos do governo Sarney para apresentar aos banqueiros privados que negociam a dívida externa do País, atendendo, assim, uma das suas principais exigências.

O primeiro plano consiste numa versão atualizada do Programa de Controle Macroeconômico, onde se assegura, entre outras, a meta de redução do déficit público, de 5,5% do PIB (Produto Interno Bruto), para 2,5% este ano e a realização de um superávit comercial de Us\$ 10 bilhões; o segundo é o orçamento unificado da União, que engloba as receitas e despesas previstas para a administração central do setor público, incluindo o antigo orçamento monetário; e o terceiro é o orçamento das empresas estatais também para 1988.

Segundo entendimento do governo brasileiro — dizia-se ontem no Palácio do Planalto — ninguém pode exigir mais planos do que estes levados por Milliet. Nas economias capitalistas modernas, os planos de médio e longo prazos, quando existem, são peças simplificadas, deixando-se para as peças orçamentárias, às vezes reunidas num documento único, o verdadeiro planejamento das ações de governo.

Quando alguém pergunta pelo plano econômico do governo norte-americano, lo-



Presidente do BC leva orçamentos aos EUA

go pensa no orçamento, aprovado pelo Congresso Nacional. E pensa isso corretamente — diz-se no Palácio do Planalto — pois não há documento de programa de ação de governo mais importante que o seu orçamento. No Brasil, isso não podia ser deste modo, porque a maior parte dos gastos do governo era escondida no “orçamento monetário”, que inclusive recebia o nome de “orçamento” de uma forma imprópria, pois não havia

planejamento de despesas e de receitas. O governo simplesmente ia gastando de acordo com as conveniências políticas. Com a unificação dos orçamentos da União e extinção do antigo “orçamento monetário”, e com a organização do orçamento das empresas estatais — incluindo-se aí os bancos oficiais federais —, o governo entende que suas contas ganharam transparência, resgatando-se a importância dos orçamentos como peças definitivas dos programas de ação de governo e do planejamento de todos os seus gastos.

Entretanto, como a economia brasileira vive hoje um momento de graves desajustes e de turbulências, a simples apresentação dos orçamentos do governo não seria suficiente para dar uma idéia aos credores sobre as expectativas em torno do futuro do País. Daí a necessidade de apresentação de um terceiro documento que se referisse a este ajustamento, fixando metas físicas para o seu cumprimento e uma referência clara sobre a tática a ser empregada para atingir tais metas num prazo determinado.

A apresentação desses três documentos aos banqueiros, a partir da próxima semana, será complementada com exposições do presidente do Banco Central, sobre a política econômica do “feijão com arroz”, com o objetivo básico de conter a inflação e garantir um crescimento econômico mínimo entre 4 e 5% ao ano.